

Cabral admite rejeição do seu projeto

Banco de Dados



O relator Bernardo Cabral

Da Sucursal de Brasília

Os 93 membros da Comissão de Sistematização poderão derrubar o anteprojeto do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), durante sua votação no próximo dia 15. A hipótese, não prevista pelo regimento interno da comissão, foi admitida ontem por Cabral. "A solução seria eu apresentar um substitutivo", disse o relator, que vem preparando um novo texto desde a semana passada.

Cabral não fez relação entre os dois fatos e disse que seu substitutivo será apresentado apenas durante os trabalhos plenários do Congresso constituinte. "Agora, cumpro o regimento. Só é permitido adequar o texto. Mais



adiante, alguma coisa poderá ser feita num substitutivo", afirmou Cabral.

Assessorado pelos deputados Adolpho Oliveira (PL-RJ), centro, e Nelson Jobim (PMDB-RS), centro, e pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), centro-esquerda, Cabral analisa as emendas recebidas e prepara seu parecer. "O projeto não vai mudar muito", disse Cabral. Trabalhando em sintonia e de forma paralela com Oliveira, Cabral prepara, entretanto, caminho para mudar o anteprojeto.

"Estamos preparando um articulado de emendas supressivas e aditivas para servir de base para o trabalho do substitutivo de Cabral", afirmou Oliveira, que vem coordenando um grupo interpartidário, composto por quinze parlamentares. "Não queremos ir a reboque dos radicais de esquerda e da direita. Nós vamos ter nossa proposta", disse Oliveira, intitulando o grupo como "moderado".

Além de restringir áreas para circulação e espalhar mais de quatrocentos agentes de segurança dentro do Congresso Nacional, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, mandou instalar um detector de metais na entrada da galeria, onde 438 pessoas poderão acompanhar a discussão e votação da nova Constituição. Todo este esquema será acionado durante a votação do anteprojeto.

"Os constituintes precisam trabalhar sem confusões", disse o deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), esquerda, 1º secretário da mesa do Congresso constituinte, ao relatar as decisões tomadas durante uma reunião na manhã de ontem. Esperando cerca de dez mil pessoas nos dias de votação, a mesa aprovou um ato regulando todo o esquema de segurança, que foi concebido pelo deputado Jorge Arbage (PMDB-PA), 2º vice-presidente do Congresso constituinte.

Para Richa, presidencialistas bloquearam idéia da suspensão

Da Sucursal do Rio

O senador José Richa (PMDB-PR) disse ontem, no Rio, que o interesse de alguns candidatos potenciais à Presidência da República (não especificou quais) prejudicou a aceitação, entre outras lideranças políticas, de sua proposta de suspensão por trinta dias dos trabalhos do Congresso constituinte. "Quanto mais cedo terminarem os trabalhos da Constituinte, mais rapidamente suas candidaturas poderão ser postas nas ruas", afirmou.

Richa criticou a intenção do governo de apresentar um substitutivo ao anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização. Segundo ele, a intenção demonstra uma "ingerência indevida do Executivo" e também ajudou a colocar sua proposta "sob suspeita". Richa classificou sua proposta de "hipótese" e afirmou que, apesar de não recebida, ela provocou uma série de reuniões que, segundo ele, visam um "entendimento político". Nesta busca de entendimento, ele incluiu desde a reunião dos "progressistas" do PMDB aos contatos que o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), vem fazendo com diversas lideranças partidárias para articular um pacto político.

Para Richa, a busca de um entendimento —que, a seu ver, seria facilitada pela interrupção temporária dos trabalhos do Congresso constituinte— deve ter como objetivo a luta por uma Constituição menos suscetível a questões "emocionais e radicais". "É um pacto social, que não pode ser definido em votações



O senador José Richa

numéricas", afirmou. Richa disse concordar com o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), para quem a Carta corre o risco de nascer vesga: com um olho à esquerda e outro à direita.

O senador criticou a decisão dos componentes da "ala esquerda" do PMDB —tomada anteontem, em Brasília—, de propor à convenção do partido, nos próximos dias 18 e 19, o afastamento do governo José Sarney e a entrega dos dezesseis ministérios ocupados por peemedebistas. Richa comparou o PMDB às escoras de uma casa: "Se rompermos os pilares, o governo vai cair sobre nossas cabeças".

Agressão a Sarney foi obra de extremistas, dizem senadores

Do enviado especial a Brasília

Uma comissão especial composta de três senadores encaminhou ontem ao presidente do Senado, Humberto Lucena, o relatório sobre as suas investigações a respeito dos incidentes ocorridos no Rio de Janeiro (tanto o ataque ao ônibus do presidente José Sarney como o quebra-quebra de terça-feira passada), apontando como responsável por eles "a convergência —consciente ou não— de duas vertentes antagônicas profundamente diferenciadas e até, conscientemente, antagônicas", aludindo à extrema direita e à extrema esquerda.

O relatório foi elaborado pelos senadores Pompeu de Souza (PMDB-DF), 71, de centro-esquerda, Jamil Haddad (PSB-RJ), 61, de esquerda, e Leite Chaves (PMDB-PR), 58, de centro. A comissão foi designada por iniciativa do vice-presidente do Senado, José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), 47, de centro-esquerda, que, na semana passada, ocupava a presidência do Senado.

Os três senadores contam, em seu relatório, que ouviram o governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco (PMDB), o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Saturnino Braga (eleito pelo PDT, partido que deixou na semana passada), o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, jornalistas que cobriram os acontecimentos e motoristas de táxis.

No caso específico do incêndio de ônibus da terça-feira, o relatório culpa a liminar que permitiu o aumento das tarifas e "a altíssima

taxa de impopularidade que presentemente caracteriza, um pouco por toda a parte, o governo do país, a partir da enorme decepção popular decorrente do episódio apelidado de Cruzado 2, que contaminou de uma descrença aparentemente irremediável o chamado Plano Bresser Pereira". Mas os três senadores concluem, também, que não houve uma "combustão social espontânea". Por isso, apontam a citada "convergência de vertentes antagônicas", não só no caso do incêndio dos ônibus, mas também no ataque ao ônibus do presidente José Sarney.

O relatório deixa claro que os "três depoentes capitais" (o governador, o prefeito e o presidente da ABI) divergiram nas suas avaliações. Saturnino Braga e Barbosa Lima Sobrinho inocentaram "o ex-governador Leonel de Moura Brizola, assim como qualquer outro líder político interessado em disputar o poder por via eleitoral".

O argumento dos dois, citam os senadores, é o de que "esse tipo de mobilização não costuma conduzir a processos eleitorais, mas, sim, a golpes de Estado, de que os beneficiários certamente não seriam tais líderes políticos civis, mas, antes, elementos militares provavelmente remanescentes do regime de 64 a 85".

Já o governador Moreira Franco, diz ainda o relatório, "crê —por especulação, não por informação— na possibilidade de que o seu antecessor no governo do Estado esteja, ele próprio, no comando, se não direto pelo menos remoto, de tais iniciativas e linhas de ação".